



10º Encontro Internacional de Política Social
17º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Democracia, participação popular e novas resistências
Vitória (ES, Brasil), 27 a 29 de agosto de 2024

Eixo: Pobreza e desigualdades no capitalismo contemporâneo

O movimento migratório de indígenas venezuelanos Warao¹: território e sobrevivência

Sheyla Alves Barros²
Welson de Sousa Cardoso³

Resumo: Constitui objeto deste ensaio, uma breve análise de como o atual estágio do desenvolvimento capitalista e o acirramento da pobreza de grandes parcelas populacionais vem condicionando fluxos migratórios ao Brasil, sobretudo na migração de cidadãos indígenas venezuelanos e nos impactos dessa inserção em territórios brasileiros.

Palavras-chave: Território; Migrantes; Warao.

The migratory movement of Venezuelan Warao indigenous people: territory and survival

Abstract: The object of this essay is a brief analysis of how the current stage of capitalist development and the intensification of poverty in large parts of the population have been conditioning migratory flows to Brazil, especially the migration of indigenous Venezuelan citizens, and the impacts of this insertion into Brazilian territories.

Keywords: Territory; Migrants; Warao.

1. Introdução

Consideraremos neste ensaio que, para além dos muitos elementos sócio-políticos e sociais que condicionam e complexificam essa inserção, o território apresenta um componente de fundamental importância na dinâmica das relações sociais que se estabelecem a partir da chegada dessa população migrante aos municípios brasileiros, sobretudo nas grandes cidades.

Partindo da análise do que se estabelece como território, adotaremos a compreensão do termo como uma categoria de análise a partir da contribuição do pensamento marxista, ou seja, “apreendido a partir das determinações sociais em curso

¹ Povo originário da República Bolivariana da Venezuela, que, constituem a segunda etnia mais populosa do país (Censo de 2011), com cerca de 49 mil indivíduos, com língua própria e características culturais específicas.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) pela Universidade Federal do Pará-UFPA. E-mail.: sheyla.alves.barros@gmail.com.

³ Doutor em Ciências Socioambientais pelo (PPGDSTU/NAEA), na Universidade Federal do Pará, professor no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) e na Faculdade de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará, Coordenador e Pesquisador no Grupo de Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia (GPPUMA), E-mail: cardoso@ufpa.br.

[...] clivado por mediações sociais, econômicas e políticas movimentadas no fluxo da história.” (Abreu, 2016, p. 35).

Por si só, o fenômeno recente do aumento de fluxos migratórios de venezuelanos ao Brasil já apresenta desafios na compreensão de como essa população se insere no espaço nacional.

Por outro lado, essa população migrante apresenta uma diversidade na sua composição, com a introdução de etnias indígenas nos territórios urbanos das cidades brasileiras e isso representa a necessidade de aprofundamento na análise dessa inserção, tanto do ponto de vista das ofertas do Estado a esse público como nas estratégias de sobrevivência dessa população e as formas de ocupação desses espaços.

Nessa perspectiva, pretende-se identificar e analisar os elementos que compõem o debate acerca de como os migrantes indígenas Waraos se relacionam com o território e os desafios e as estratégias utilizadas para sua inserção nos espaços urbanos dos municípios brasileiros.

Para tanto, realizaremos uma breve na análise de como as mudanças econômicas no bojo do modo de produção capitalista inflexionam a reprodução social dos países latino-americanos, países de capitalismo periférico, com destaque para Venezuela. Trataremos ainda acerca do *modus vivendi* dos migrantes indígenas de etnia Warao e seu processo migratório para o Brasil, bem como as dificuldades enfrentadas pelos indígenas venezuelanos no contexto de sua inserção urbana no município de Belém.

2. Elementos condicionantes da Migração Venezuelana

A expansão do desemprego estrutural (Antunes, 2009) impacta negativamente as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora, que tem respaldo no horizonte capitalista de acumulação flexível (Harvey, 2008). A flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo apresenta-se como o principal condicionante para a subsunção dos trabalhadores a oferta de empregos precários, agora com novas características e que expressa uma “nova morfologia”⁴ do

⁴ Termo utilizado por Ricardo Antunes (2011) para expressar a atual fase de precarização do trabalho. Segundo o autor, “Estamos, portanto, frente a uma nova fase de desconstrução do trabalho sem precedentes em toda era moderna, ampliando os diversos modos de ser da informalidade e da precarização do trabalho. Avançando na formulação, no atual contexto de crise estrutural do capital, parece que estamos adentrando uma nova era de precarização estrutural do trabalho em escala global”. (p. 417).

mundo do trabalho, com múltiplas formas de precarização, informalização e terceirização, ou seja, um momento de precarização estrutural, que atinge tanto as esferas produtivas quanto as improdutivas, tendo como uma de suas consequências o aumento do pauperismo.

Essas questões têm rebatimento em todos os países capitalistas, entretanto, possui particularidades nos países latino-americanos.

No cenário mundial, “as décadas de 1970 e 1980 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político” (Harvey, 2003, p. 140). Os reflexos dessa conjuntura permitiram as primeiras iniciativas para um novo modelo de acumulação capitalista e, conseqüentemente, um novo modelo de regulamentação política e social.

Este novo modelo de acumulação, também chamado de acumulação flexível, que se opõe diretamente ao modelo fordista de acumulação e justifica que ele se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo que teve sua expressão máxima no Toyotismo⁵. Assim como o Brasil, a República Bolivariana da Venezuela é um país com características de capitalismo periférico. O país vem sofrendo, nos últimos anos, os rebatimentos da pior crise da sua história, no qual Pedroso (2020, p. 10) disserta que

A compreensão da crise venezuelana na segunda década do século XXI – caracterizada por ser multidimensional, envolvendo questões econômicas, políticas, geopolíticas, sociais e migratórias – requer análises complexas e não simplistas, justamente por envolver um mosaico de elementos e camadas distintos.

A crise no país possui particularidades locais, mas possui também íntima relação com as orientações do capital internacional.

Além desta questão produtiva, ao longo das décadas, é possível perceber como o empresariado, classe oriunda do capital dos antigos latifundiários, foi essencial para os diferentes regimes e governos que chegaram ao poder na Venezuela. Tal proximidade é explicada pelo controle da renda petroleira, que, tanto na época desenvolvimentista quanto na neoliberal, continuou nas mãos de uma oligarquia.⁶

⁵ Segundo Antunes (2009), denomina-se toyotismo a “via japonesa de expansão e consolidação do capitalismo monopolista industrial, é uma forma de organização do trabalho que nasce na Toyota, no Japão pós-45, e que, muito rapidamente, se propaga para as grandes companhias daquele país”, posteriormente, do mundo. Cf. Tavares (2004), Dias (1998), Antunes (2011), Druck (2011), Mota (2012).

⁶ *Ibidem*, p. 21.

Estudos sobre a crise da Venezuela apontam que dentre os seus determinantes o petróleo é o elemento central. Com sua economia baseada na produção desse combustível fóssil, o país vivenciou o ápice de seu desenvolvimento e, atualmente, padece de uma conjuntura socioeconômica preocupante.

A consolidação da Venezuela como uma economia petroleira, ainda no início do século XX, foi caracterizada pela destruição do setor agrário e, portanto, da capacidade nacional de produção de alimentos. Tal situação fez com que, cem anos depois, o país vivesse uma séria falta de soberania alimentar, que compõe um dos vértices mais dramáticos da crise instaurada desde 2013.⁷

Com baixos índices econômicos e uma crise social, o país vem vivenciando uma instabilidade político-econômica que rebate diretamente no aumento das expressões da questão social e, conseqüentemente, tem levado muitos venezuelanos a procurarem por sobrevivência em outros territórios.

Resultante desse processo, identifica-se um aumento no fluxo migratório de venezuelanos para outros países. Segundo dados da Agência das Nações Unidas para Refugiados (UNHCR ACNUR), em 2021, depois dos Estados Unidos da América, o Brasil é o destino mais procurado pelos venezuelanos.

Ressalta-se que, concomitante à entrada de venezuelanos no país, há a presença de famílias indígenas entre os migrantes, o que requer uma nova perspectiva de debate acerca do assunto. Ainda que a população migrante indígena da República Bolivariana da Venezuela seja significativamente menor que a população não indígena que adentra o país, esse público requer uma abordagem diferenciada das políticas públicas ofertadas a essa população no Brasil, o que denota a urgência da necessidade de o Estado realizar ofertas adequadas a esse público.

2. 1. Os migrantes indígenas venezuelanos: os Waraos, características e mobilidade

Segundo o site do Ministério da Justiça e da Segurança Pública, em matéria publicada em 31/03/2022, intitulada “Em cinco anos, Brasil recebeu mais de 700 mil imigrantes venezuelanos”, apontam para o aumento significativo de migrantes venezuelanos que adentraram o território nacional, se tornando o principal destino na América Latina. O quantitativo apresentado de venezuelanos que entraram no país demonstram que estão presentes atualmente em diversos estados brasileiros. Desse

⁷ *Ibidem*, p. 20.

contingente, há um número expressivo de indígenas que apresenta características gerais diversas.

A chegada dos chamados novos fluxos migratórios no Brasil, nos últimos anos, modificou o perfil da migração no contexto nacional e complexifica o conjunto de desigualdades e vulnerabilidades que atingem à população refugiada no Brasil.

Segundo dados do Ministério da Cidadania, divulgados na Matriz de monitoramento de deslocamento (DTM) nacional sobre a população indígena refugiada e migrante venezuelana (BRASIL, 2021), a presença majoritária dessa população concentra-se na região Norte, e, de maneira incipiente, nas demais regiões do país, a exemplo do Nordeste. A pesquisa aponta ainda o mapeamento de 07 (sete) povos indígenas venezuelanos em território brasileiro.

Na referida pesquisa, destaca-se que nesse fluxo migratório há a existência de grupos pluriculturais e com diversidade linguística. Sendo realizada no primeiro semestre do ano de 2021, os dados coletados demonstram a baixa cobertura de políticas sociais a esse público, o que se traduz em maior exposição a vulnerabilidades sociais.

Esse fluxo é decorrente da grave e generalizada violação dos direitos humanos em território venezuelano, conforme reconhecimento do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) no Brasil em junho de 2019. [Trata-se de uma população com perfil sociodemográfico plural, dado que, para além da condição de refugiada e migrante, conta com uma diversidade étnica, etária e de gênero, além de pessoas com deficiência e LGBTQI+, entre outras características. Não é rara, inclusive, sua maior exposição a vulnerabilidades sociais sobrepostas e agravadas por múltiplos fatores, inclusive sanitários, como a pandemia da doença do coronavírus (Covid-19).” (BRASIL, 2021, p. 29).

Como uma das consequências do processo de crise do país, o deslocamento desses migrantes venezuelanos ao Brasil traz a essas famílias a esperança da melhoria de suas condições de vida e subsistência.

Na verdade, a raiz da crise migratória é a desigualdade entre as nações. Segundo a Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal (2009), há uma grande assimetria no desenvolvimento dos países. Alguns têm uma concentração maior de capital, comércios de bens e serviços e partem na frente na disputa de capitais. Essa assimetria tende a aumentar no decorrer do tempo, com a implantação das políticas neoliberais e o irreversível processo de globalização. (Pereira *et. al.*, 2021, p. 3).

Dos grupos de migrantes indígenas presentes e já identificados em território brasileiro, os Waraos apresentam especificidades culturais marcantes, e, conseqüentemente, com demandas sociais diferentes.

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados ou Agência da ONU para Refugiados (UNHCR ACNUR), de 2021, os Waraos são um povo originário da Venezuela, representam a segunda etnia mais populosa do país (Censo de 2011), falam a língua homônima, pertencente a uma família linguística isolada, e espanhol em níveis variados de fluência.

A agência destaca ainda que “Geograficamente, os Waraos ocupam um território que se estende por todo o estado de Delta Amacuro e por parte dos estados de Monagas e Sucre, no delta do rio Orinoco, região Nordeste.” (UNHCR ACNUR, 2021, p.13)

Os Waraos são indígenas que têm características de ocupação territorial peculiares. As informações trazidas pela UNHCR ACNUR (2021), destacam que os Waraos, além de serem o grupo humano mais antigo da Venezuela, tinham, originalmente, características extrativistas, e que, devido à influência da igreja católica, modificou suas atividades para a prática da agricultura. Residem, quando se forma um novo casal, no território da mulher, formando agrupamentos de famílias distintas. Sua subsistência tem ampla relação com a água, ocupando áreas próximas a rios, mar e zonas úmidas.

Um aspecto relevante para observar acerca dos Waraos é que a história mostra que seu *modus vivendi*, sobretudo sua relação com o território, se altera à medida que sofre influência externa. Originalmente adeptos do extrativismo, com economia baseada na coleta, os Waraos realizavam deslocamentos periódicos e perfaziam grandes distâncias levando até meses. Após a chegada de missionários católicos, a partir da década de 1920, os Waraos têm a introdução da cultura de *ocumo chino*⁸, que muda a dinâmica de ocupação territorial dessa população.

É a partir da transição de uma economia extrativista sustentada na *yuruma* para uma economia agrícola, baseada no cultivo de *ocumo chino* (*Colocasia esculenta*), que se iniciam as transformações sociais mais expressivas no modo de vida Warao, alterando o padrão de assentamento, a organização social e contribuindo para os primeiros deslocamentos para os povoados urbanos no entorno do delta. (UNHCR ACNUR, 2021, p. 14).

Observa-se que não é recente a necessidade de adaptação dos Waraos na ocupação do território, e que as alterações sofridas no seu *modus vivendi* decorreram de uma necessidade trazida pelos colonizadores e não pela compreensão da etnia, ou seja, subjaz

⁸ O *ocumo chino* é uma planta semelhante ao inhame e ao cará, cuja parte comestível se desenvolve abaixo do solo.

a essa natureza de ajustamento os determinantes econômicos e sociais de influência externa.

2. 2. Território: relações sociais e sobrevivência

A produção intelectual acerca do território como espaço de produção das relações sociais vem sendo amplamente debatida, sobretudo quando se trata da análise das respostas do Estado para os problemas sociais contemporâneos.

A análise do território, numa perspectiva crítica de tradição marxista, revela que há uma relação entre as formas de ocupação espacial e o capitalismo, como parte imprescindível da dinâmica da produção de mercadoria e da reprodução das relações sociais.

As formas de apropriação dos territórios são balizadas por relações e mediações tão complexas como inerentes ao capitalismo. O espaço, nessa dinâmica de produção social, ora é valorizado, ora descartado, podendo tornar-se obsoleto ou hiper utilizado conforme os fins do capital. (Abreu, 2016, p. 37).

Portanto, é inegável que, a relação existente entre o agravamento da crise econômica e social na Venezuela com o aumento do fluxo migratório dos indivíduos venezuelanos para o Brasil, como para outros países do mundo, altera a dinâmica de ocupação territorial desses migrantes e ocasiona uma série de reflexos no país.

No caso dos migrantes indígenas Warao, como vimos, a mudança de ocupação dos espaços rurais para áreas urbanas, ainda em seu país natal, já foi uma alteração ocasionada pela transformação de seus hábitos extrativistas para cultivo pela agricultura, advindos de interesses econômicos que não eram seus.

Os missionários incentivavam o cultivo do ocumo chino no intuito de fixar os Waraos nessas áreas; além disso, a agricultura era a base econômica das missões. Os produtores de arroz das cercanias, que antes contavam com mão de obra vinda de fora, passaram a dispor de um contingente de trabalhadores locais e, por isso, também fomentavam as plantações de ocumo chino entre os Waraos (UNHCR ACNUR, 2021, p. 15).

Nesse sentido, a agência destaca que a mobilidade dessa população em direção a outros territórios gerou mudanças significativas em seu *modus vivendi*, que, para garantir sua sobrevivência, tiveram que se inserir em trabalhos assalariados, modificar sua cultura alimentar, além de transformações na definição de papéis na estrutura familiar.

As mudanças ocorridas na conjuntura econômica dos territórios ocupados pelos Waraos sempre provocaram alterações substanciais nas condições de vida dessa população. Não obstante, a busca pela sobrevivência traçou um caminho para sua vivência no meio urbano,

[...] na década de 1960, o delta do Orinoco foi cenário de um projeto desenvolvimentista realizado pelo governo venezuelano a fim de potencializar a capacidade agrícola da região por meio do represamento do rio Manamo¹³. O objetivo era impedir que as enchentes sazonais do rio Orinoco inundassem milhares de quilômetros, supostamente adequados para a agricultura. Com isso, tanto em virtude das consequências ecológicas, que impossibilitavam a subsistência dos Waraos, como também em decorrência das transformações sociais resultantes desse processo, intensificou-se o deslocamento de indígenas para os centros urbanos.⁹

Posteriormente, outros elementos, ainda que subjacente a mesma natureza econômica, influenciaram os deslocamentos dos Waraos na Venezuela. Atualmente, o grande fluxo migratório que assola o país atinge uma grande parcela da população, indígenas e não indígenas.

Mesmo que isso represente um desafio a todos os indivíduos que buscam nesse movimento a melhoria de suas condições de sobrevivência e a fuga de uma crise econômica, social e política de grandes proporções pela qual passa o país, para os migrantes indígenas de etnia Warao, há, na busca desse novo espaço, tensões que se complexificam pelas particularidades de sua cultura e pelos conflitos existentes na ocupação urbana de um país que invisibiliza a questão indígena nacional, também caudatária de prejuízos como desapropriação e desagregação, advindas da mesma lógica econômica de expropriação, “desenvolvimento” e apagamento do modo de vida tradicional dos povos originários.

A priori, estas questões nos levam a refletir que, por si só, a entrada desses migrantes indígenas no país já carrega desafios no acesso aos bens e serviços públicos garantidos legalmente pelo governo brasileiro¹⁰, a sua sobrevivência nas cidades brasileiras empreende uma luta na ocupação de territórios cujas relações já encerram tensões, tanto pela grande massa de desempregados brasileiros, como pela adaptação sociocultural desses indivíduos.

⁹ *Ibidem.*

¹⁰ A previsibilidade de atendimento a migrantes refugiados tem normatização no Brasil, além da Constituição Federal a Lei do Refúgio nº 9474 de 22 de julho de 1997, a Lei de Migração nº 13445, entre outras, abordam a política de atendimento a esse público em território nacional.

Sendo o Brasil também herdeiro do atual contexto histórico recente do processo de reestruturação produtiva do capital, o país possui demandas internas no enfrentamento das expressões da questão social.

De modo geral, os indígenas venezuelanos encontram inúmeras dificuldades em se inserirem na ‘nova’ realidade, de garantirem sua subsistência, em virtude de uma série de fatores como: o baixo nível de escolaridade, as poucas ofertas de vagas no mercado de trabalho formal, além de fatores culturais como a língua e os costumes. Tais fatores, por estarem interligados, induzem a essa população a procurar postos de trabalho informais, sem cobertura de proteção social nem de direitos trabalhistas, além de levá-los, quando não acolhidos por abrigos institucionais, a ocupar espaços nas periferias das cidades.

Segundo dados da Pnad Contínua do IBGE (2022), compilados por Janaina Feijó, pesquisadora do FGV Ibre, a população indígena é a que tem menor taxa de participação no mercado, a segunda maior taxa de desemprego e o nível mais elevado de profissionais em postos informais, onde a baixa escolaridade e a maior exposição ao emprego formal agravam a vulnerabilidade dessa parcela da população. Enquanto a taxa de participação de brancos e amarelos era de 63,2% e a de pretos e pardos 62,3%, a de indígenas é de 59,7% no terceiro trimestre de 2022. Ou seja, a cada dez indígenas, apenas seis conseguem ofertar sua mão de obra no mercado de trabalho.

Entretanto, esse dado se complexifica se fizermos o recorte para identificar as condições de trabalho da população migrante indígena venezuelana. Dados do Relatório Cátedra Sergio Vieira de Mello, de 2023, da UNHCR ACNUR, apontam que no Brasil, a movimentação nas fronteiras e o registro dos imigrantes durante a pandemia foram bruscamente afetados, conforme os dados do STI, do SisMigra e do STI-Mar. Os movimentos de entrada e saída foram da casa dos milhões para a casa das dezenas de milhares a partir de abril de 2020, a entrada de imigrantes regularizados (com registros migratórios) reduziu aos menores números em 20 anos e as solicitações de refúgio caíram a patamares comparáveis ao início da década, antes do aumento do fluxo de refugiados venezuelanos, impactando também os imigrantes no mercado de trabalho brasileiro.

Dados apresentados pela UNHCR ACNUR (2021) informam que para etnia venezuelana Warao, no contexto urbano, o trabalho braçal, enquanto referência a ocupações que demandam força física, como auxiliar de pedreiro e carregador,

representou 6,5%; o comércio, com vendas de artesanato e itens variados de baixo custo, 6,4%; e o trabalho doméstico, 4,2%, ou seja, uma inserção precária no mercado de trabalho e, geralmente, pela via da informalidade.

Na dinâmica dos Waraos, outra estratégia de aquisição de recursos está no que eles denominam como coleta. A coleta originária de uma prática do território rural era realizada para extrair produtos da floresta. Com a sua inserção em territórios urbanos, ela sofre uma modificação.

As viagens para as cidades, de certo modo, seguiam essa mesma organização, o que, apesar de se tratar de cenários distintos, evidencia um padrão análogo entre ambas as operações. Por isso, entende-se que a prática de pedir dinheiro nas ruas se sustenta pela mesma lógica que orienta a coleta de frutas e pequenos animais no ambiente natural. As técnicas tradicionais de coleta teriam sido transportadas para outros espaços.¹¹

Essa prática no Brasil é facilmente interpretada como mendicância e ainda colocam em debate a presença de crianças nesses espaços, uma vez que, culturalmente, as mulheres Warao ficam incumbidas desse papel e levam consigo seus filhos aos semáforos e aos pontos de grande movimentação de pessoas.

Nesse sentido, as demandas dessa população migrante indígena venezuelana se adensam pelos elementos apresentados, se complexificam no bojo da realidade onde se inserem no Brasil.

3. Considerações finais

A proporção alarmante com que os fluxos migratórios têm sucedido ao redor do globo incita à necessidade de estabelecer debates que façam despontar o entendimento da necessidade de políticas públicas adequadas ao panorama migratório da contemporaneidade.

Compreender que, para além das garantias formais ora existentes, o que estamos vivenciando nos territórios onde se inserem essa população migrante, repleto de conflitos e tensões, tanto econômico-sociais quanto ideológicas, pauta a questão desse fluxo migratório no adensamento das más condições de vida dessa população.

Resultante do processo de expropriação de suas terras e das consequências reais que isso causa nessas populações, sobretudo na população indígena, a inserção

¹¹ *Ibidem*, p. 20.

desordenada desses indivíduos nas metrópoles brasileiras incidem para a ocupação territorial das periferias das cidades, e, como estratégia de sobrevivência, a prática da “coleta” nas áreas centrais de maior circulação de pessoas.

As estruturas urbanas, já tão complexas com suas demandas locais de desemprego, falta de escolas, déficit habitacional, etc., passam a conviver com aumento de suas taxas de crescimento demográfico, provocando profundas mudanças na estrutura de povoamento das cidades, bem como o aumento das desigualdades sociais.

Esses elementos apresentam um desafio às políticas sociais no que concerne à oferta de atendimento a essa população, sobretudo na oferta de condições materiais para garantia de sua proteção social.

O aparato legal existente para atendimento a esses migrantes indígenas não dá conta da diversidade linguística e cultural que essa etnia traz e exige do Estado um aporte mais robusto de ações e estratégias para atender a essas especificidades.

Paralelo a isso, o contexto nacional pós-pandemia e o avanço do processo de desmonte das políticas sociais, fruto da perspectiva neoliberal e das orientações disseminadas pelos organismos internacionais nos países de capitalismo periférico, indicam a retração do investimento do Estado em ações destinadas ao enfrentamento da Pobreza, como expressão mais evidente da questão social, o que traz um cenário complexo às ofertas de serviços socioassistenciais a essa população migrante nos diferentes níveis de governo.

Além disso, como elemento da agenda neoliberal, a escassez de postos de trabalho formal, aumento da precarização e a crescente inserção de mão de obra “desqualificada” ao mercado informal, impõe a essa população migrante estratégias de sobrevivência que reforçam características nacionais de emprego, a exemplo da baixa remuneração, desvalorização da mão de obra feminina, além do preconceito com as diferenças étnicas, que transformam o território em um ambiente de conflitos e disputas entre a população pobre do país e a população migrante.

Não obstante, a oferta de serviços a esta população migrante também está expressa nas normativas das políticas sociais, a exemplo da política de assistência social. Entretanto, essas garantias formais não se operacionalizam de forma imediata, como podemos observar em diversos municípios onde essa população tem tentado acessá-las.

Nesse sentido, é necessário que o Estado reconheça a necessidade de melhorar as condições de atendimento às demandas dessa população, considerando toda sua trajetória histórica, bem como suas características culturais. Para isso, é de extrema importância que as ofertas das políticas públicas reconheçam o território como elemento crucial para a inserção desses indivíduos, garantindo a autonomia e as condições necessárias para manutenção de sua sobrevivência e de sua identidade.

4. Referências

ABREU, Maria Helena Elpídio. **Território, Política Social e Serviço Social**. 1. ed. Campinas: Papel Social, 2016.

ANTUNES, Ricardo. **O Continente do Labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.
_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação/negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Matriz de monitoramento de deslocamento (DTM) nacional sobre a população indígena refugiada e migrante venezuelana**. Brasília, DF: Organização Internacional Para as Migrações (OIM), 2021.

DIAS, Edmundo. “Reestruturação produtiva”: forma atual da luta de classes. **Revista Outubro**, n. 1, p. 45-52, 1998. Disponível em <http://outubrorevista.com.br/revista/edicao-01/> Acesso em 20 de jan. de 2024.

DRUCK, Graça. Precarização e Informalidade: algumas especificidades do caso brasileiro. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de. (Org.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens. Paraíba: Ed. Universitária, 2011.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2003.
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA PÚBLICA. **Em cinco anos, Brasil recebeu mais de 700 mil imigrantes venezuelanos**, 2022. Disponível em <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/em-cinco-anos-brasil-recebeu-mais-de-700-mil-imigrantes-venezuelanos>. Acessado em jan. de 2024.

MOTA, Ana Elizabete. **Desenvolvimentismo e construção da hegemonia**. São Paulo: Cortez, 2012.

PEDROSO, Carolina Silva. Petróleo e Poder: a crise venezuelana e seus elementos históricos. **Textos e Debates**, v. 1, n. 34, p. 9-22, 2020. Disponível em <https://revista.ufr.br/textosedebates/issue/view/312> Acesso em 15 de jan. de 2024.

PEREIRA, Alan da Silva *et. al.* Como nasce uma política pública? Análise do processo de formulação da lei de migração. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 10, p. 98223-98239, 2021. Disponível em <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/issue/view/148> Acesso em 15 de jan. de 2024.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

UNHCR ACNUR. **Os Waraos no Brasil: contribuições da antropologia para proteção de indígenas refugiados migrantes**. Brasília, 2021.

_____. **Relatório Cátedra Sérgio Vieira de Mello**. Brasília, 2023.